

REVOGADO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

[Revogado pela Portaria Conjunta TRT3/GP/GCR/GVCR 223/2020]

PORTARIA GP N. 160, DE 22 DE MAIO DE 2020

Altera o art. 1º da [Portaria GP n. 117, de 20 de março de 2020](#), que suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições da Justiça do Trabalho como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a edição da [Portaria n. 79, de 22 de maio de 2020](#), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prorroga os prazos de vigência das Resoluções CNJ n. [313/2020](#), n. [314/2020](#) e n. [318/2020](#) para o dia 14 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º O "caput" do art. 1º da [Portaria GP n. 117, de 20 de março de 2020](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A prestação jurisdicional e de serviços no primeiro e segundo graus efetivar-se-á por meio remoto até 14 de junho de 2020, período esse que poderá ser ampliado ou reduzido por ato da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Fonte: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Portaria n. 160, de 22 de maio de 2020. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2978, 22 maio 2020. Caderno Administrativo, p. 1. Caderno Judiciário, p. 1.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial

Art. 2º Republicue-se a [Portaria GP n. 117, de 20 de março de 2020](#), para incorporação da alteração promovida por este ato normativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MURILO DE MORAIS
Desembargador Presidente

Fonte: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Portaria n. 160, de 22 de maio de 2020. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 2978, 22 maio 2020. Caderno Administrativo, p. 1. Caderno Judiciário, p. 1.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial